

# Sumário

Tabela de Abreviaturas .....	XIII
Apresentação à 2ª Edição: Por que explorar diálogos e narrativas do direito internacional privado nas fronteiras do trabalho e tecnologias? .....	XIX

## Parte I

### As Políticas e o Direito Internacional no Encontro com a Internet e Novas Tecnologias

#### Capítulo 1.

<b>Encontros do Direito Internacional com a Internet e Novas Tecnologias</b> ....	3
1.1. Um direito internacional para a ‘sociedade global do conhecimento’?....	3
1.2. Regulação e governança da internet: terra ‘com’ e ‘sem’ direitos.....	15
1.3. Sujeitos da internet e a estrutura das relações privadas transnacionais.....	28
1.4. Instituições internacionais e sociedade global do conhecimento.....	34
1.4.1. Cúpulas da Sociedade da Informação de 2003 e 2005 .....	41
1.4.2. Fórum de Governança da Internet .....	44
1.5. ‘Direito de acesso à internet’ e sociedade global do conhecimento? .....	47
1.6. Consensos e dissensos sobre externalidades negativas da internet .....	56

## Parte II

### As Intersecções entre Direito Internacional Privado, Novas Tecnologias e o Espaço Digital

#### Capítulo 2.

<b>Transformações do Direito Internacional Privado pelas lentes da Internet e novas tecnologias</b> .....	65
2.1. Direito internacional privado e a natureza global da Internet .....	65
2.2. Divergências sobre jurisdição e territorialidade na Internet.....	73
2.3. Limites da capacidade dos regimes de cooperação jurídica internacional.....	79
2.4. Interfaces extraterritoriais do Marco Civil da Internet e LGPD.....	85

### Capítulo 3.

#### **Jurisdição, Cooperação Jurídica e Litígios Transnacionais da Internet ..... 87**

- 3.1. Jurisdição, competência internacional dos tribunais e litígios da internet .....87
- 3.2. Jurisdição e relações privadas transnacionais na Internet ..... 91
- 3.3. Atos transfronteiriços de violação de direitos e limites da jurisdição ..... 93
- 3.4. Intersecções entre jurisdição, litígios de internet e o direito processual brasileiro ..... 97
  - 3.4.1. Bases de jurisdição e litígios de internet no Brasil ..... 97
  - 3.4.2. Fase Pré-Marco Civil da Internet (2002-2015) ..... 100
  - 3.4.3. Fase 'Marco Civil da Internet' (2015-presente) ..... 108
  - 3.4.4. Consolidação de regas jurisdicionais e o marco legal digital brasileiro ..... 110
- 3.5. Cooperação jurídica internacional na mobilidade de conteúdo e dados ..... 117
  - 3.5.1. Aspectos gerais ..... 117
  - 3.5.2. Cooperação jurídica internacional envolvendo dados no Brasil ....121
  - 3.5.3. Contencioso transnacional digital e desdobramento das soluções judiciais no Brasil ..... 125
  - 3.5.4. Cooperação jurídica específica em matéria de dados e LGPD ..... 128
- 3.6. Limites à jurisdição sobre dados e denegação de cooperação digital .. 136
- 3.7. Varia: Cooperação digital e direito internacional privado tecnológico ..... 140
- 3.8. Varia: Brasil e a Convenção de Budapeste sobre Crime Cibernético ....142
  - 3.8.1. A Convenção de Budapeste de 2001 e estado da cooperação digital ... 142
  - 3.8.2. Irreversível processo de adesão do Brasil à Convenção ..... 148
  - 3.8.3. Convenção de Budapeste e equilíbrio de interesses ..... 150

### Capítulo 4.

#### **Lei aplicável às obrigações extracontratuais e violação**

#### **transfronteiriça de direitos da personalidade ..... 157**

- 4.1. Obrigações extracontratuais e violação transfronteiriça de direitos da personalidade ..... 157
- 4.2. Regras de conexão e direito aplicável aos ilícitos cibernéticos.....161
- 4.3. 'Lex loci delicti' e (in)determinação da lei aplicável aos ilícitos de internet .. 169
- 4.4. Novas conexões para lei aplicável obrigações delituais na Internet?.... 174

**Parte III**  
**Direito Internacional Privado do Trabalho, Novas Tecnologias**  
**e Digitalização da Economia**

**Capítulo 5.**

**Direito Internacional Privado, conflitos do trabalho e**

<b>novas tecnologias .....</b>	<b>187</b>
5.1. O 'locus' e a atualidade do direito internacional privado do trabalho .....	187
5.2. Direito internacional privado e relações laborais transfronteiriças ....	196
5.3. Debates interseccionais entre direito internacional privado e trabalho .....	203
5.3.1. Transferência e recrutamento de trabalhadores no exterior .....	203
5.3.2. Bandeiras de conveniência e litígios envolvendo trabalhador marítimo .....	209
5.4. Direito internacional privado e modernidade do trabalho .....	211
5.5. Varia: o irresistível carácter transnacional do trabalho.....	216

**Capítulo 6.**

**Transnacionalização de serviços de tecnologia e informação e**

<b>plataformas de intermediação do trabalho .....</b>	<b>219</b>
6.1. Serviços de tecnologias e o trabalho transnacional – terceirização, 'offshoring' e teletrabalho.....	219
6.2. Teletrabalho: seus aspectos transnacionais e a OIT .....	225
6.3. Terceirização transnacional e teletrabalho em sistemas comparados .....	230
6.3.1. Índia.....	232
6.3.2. China.....	232
6.3.3. Canadá .....	234
6.4. Lei aplicável e jurisdição em litígios envolvendo teletrabalho e terceirização transfronteiriça .....	236

**Parte IV**  
**Direito Internacional Privado, Tecnologias**  
**Digitais e Propriedade Intelectual**

**Capítulo 7.**

**Dimensões do Direito Internacional Privado na interface com os**

<b>direitos de propriedade intelectual .....</b>	<b>245</b>
7.1. Direito internacional privado e propriedade intelectual .....	245

7.2. Métodos de designação do direito aplicável .....	253
7.3. Territorialidade e ‘tratamento territorial’ dos direitos de PI. ....	261
7.3.1. Princípio da territorialidade e o direito internacional privado .....	261
7.3.2. Localização dos bens imateriais e a regra ‘lex loci protectionis’....	265
7.4. Escopo da lei aplicável e proteção dos direitos de propriedade intelectual	274
7.5. Varia: Lei aplicável à proteção dos direitos de autor e a internet .....	279

## **Capítulo 8.**

### **Direito Internacional Privado e questões setoriais da**

<b>propriedade intelectual</b> .....	283
8.1. Titularidade dos direitos de propriedade intelectual e ‘conflito de leis’ .....	283
8.2. Atos de violação de direitos de propriedade intelectual e aplicação do DIP .....	290
8.2.1 Disciplina geral dos atos de violação .....	290
8.2.2 Lei aplicável aos atos de violação .....	292
8.2.3 Codificação na Europa e atos de violação da propriedade intelectual	297
8.3. Nulidade de patentes e aspectos de direito internacional privado .....	303
8.4. Direito internacional privado e sistema europeu de patentes .....	306
8.5. Tendências de harmonização e uniformização e interfaces .....	309
8.6. Trabalhos futuros.....	312

## **Capítulo 9.**

### **Jurisdição, contencioso internacional privado e os litígios**

<b>transnacionais da propriedade intelectual</b> .....	317
9.1. Jurisdição e litígios pluriconectados da propriedade intelectual.....	317
9.2. Contencioso internacional privado e litígios da propriedade intelectual...	323
9.3. Distinções metodológicas no contencioso transnacional .....	326

<b>Bibliografia</b> .....	333
---------------------------	-----

<b>Anexo</b> .....	371
--------------------	-----